

Pacote fiscal não tapa o

conomia

quinta-feira, 3/8/89 □ 1º caderno □ 15

‘rombo’ do Orçamento de 90

**Chico Mendonça e
Maria Luiza Abbott**

BRASÍLIA — O pacote tributário que aumenta impostos e corta incentivos, provocando a hesitação do presidente Sarney quanto a enviá-lo ao Congresso, por temer a sua impopularidade, não é fundamental para o próximo presidente. Na avaliação dos assessores econômicos dos candidatos que ocupam os primeiros lugares nas pesquisas, o que for eleito terá que adotar um programa de ajuste muito mais expressivo do que este pacote, que proporciona um ganho de receita que não permite sequer fechar o rombo do Orçamento da União de 1990.

“O pacote não é suficiente, porque deveria ser acompanhado de outras medidas, como a reforma administrativa e um corte de despesas”, avalia a economista Zélia Cardoso de Mello, assessora de Fernando Collor, do PRN. “Diante da magnitude do problema, esse pacote não é nada”, afirma o secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, Luiz Gonzaga Belluzzo, um dos elaboradores do programa econômico de Ulysses Guimarães, do PMDB.

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovado pelo Congresso e que determinou a criação de impostos e cortes de incentivos, deputado José Serra (PSDB-SP), lembra que o pacote é importante, mas o próximo presidente terá que fazer muito mais para fechar as contas. Segundo Serra, assessor econômico de Mário Covas, para equilibrar despesa e receita do Orçamento de 1990, seria necessário um ganho de receita equivalente ao dobro do valor proporcionado pelo pacote.

A previsão do governo é que a criação de impostos sobre grandes fortunas, a taxação das bolsas de valores com IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), tributação de renda agrícola — hoje praticamente isenta de Imposto de Renda — e corte de 50% dos incentivos fiscais que não estejam garantidos legalmente, dará um ganho de receita de 0,47% do PIB. Em cruzados novos de maio isso repre-



Delfim (com Dornelles): corte equivalente a 2% do PIB

senta, segundo Serra, a metade dos NCz\$ 3 bilhões que o governo deve obter de receita para que o déficit do Orçamento de 1990 seja de restrito///// aos custos financeiros de rolagem e pagamento de encargos da dívida interna, como determina a LDO. Por isso, mesmo que o governo corte os investimentos à metade do que realizou este ano e contenha despesas de custeio, o déficit da União será de 3,5% do PIB, na previsão dos técnicos.

Embora reconhecendo que o pacote é pequeno para o tamanho da crise econômica brasileira, os parlamentares economistas acreditam que ele será aprovado pelo Congresso. “Não há hipótese de as medida não tramitarem de forma fluida”, prevê o deputado César Maia (PDT-RJ), principal assessor econômico de Leonel Brizola. A proposta na aprovação decorre da imposição da Constituição de que novos impostos só podem ser criados no ano que antecede o seu recolhimento. Por isso, por menor que

seja o ganho de receita, o próximo presidente terá dificuldades em aumentar a arrecadação tributária no primeiro ano de governo, pois, se houver segundo turno, o eleito só será conhecido no dia 27 de dezembro.

O deputado Delfim Netto (PDS-SP), principal economista do partido de Paulo Maluf, acha que o pacote deveria ser um pedaço de todo um processo de ajuste. Ele recomenda cortes de despesas no equivalente a 2% do PIB, privatização de grandes setores estatais, transferência de encargos a estados e municípios e, posteriormente, o aumento de impostos. Segundo o deputado, os cortes — como a demissão de funcionários, fechamento e privatização de estatais — poderiam passar pelo Congresso, embora não tenham sido aprovados anteriormente. “É que o governo manda medida provisória ao Congresso como um filho feito à noite, embaixo de um poste, porque não cuida de sua aprovação”, dispara.

Brasília — José Varella